

índios de diferentes tribos e em situações as mais diversas. Purta-se, entretanto, à tarefa, sem dúvida tentadora, de confrontar essas observações com os dados por êle colhidos, a fim de mostrar o que há de específico no caso dos Fulniô.

Seria injusto não reconhecer que, apesar de tôdas as falhas, o volume representa valiosa contribuição para a nossa Etnologia. E' realmente admirável a abundância de dados interessantes reunidos nas trezentas páginas que o compõem. E desejamos que a nossa crítica seja recebida como esforço de colaboração e, acima de tudo, como sincera homenagem a um incansável estudioso das culturas aborígenes do Brasil.

*Egon Schaden*

CLOVIS CALDEIRA: *Mutirão*, Formas de ajuda mútua no meio rural. 222 págs., edição ilustrada. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5a., Brasiliana, vol. 289. Companhia Editôra Nacional. São Paulo, 1956.

Os informes até hoje reunidos sôbre o mutirão brasileiro talvez já permitam um trabalho de síntese sócio-antropológica e uma análise comparativa de suas formas nas diferentes áreas rurais, objetivo para o qual Clovis Caldeira pretende contribuir com o presente volume. A par do que respigou nas fontes bibliográficas, apresenta o material colhido através de um inquérito de âmbito nacional realizado com auxílio da rede de Agências-Modêlo de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E, embora não aprofunde a interpretação antropológica, nem a sociológica, consegue pôr em destaque alguns elementos essenciais da instituição. No prefácio reconhece, aliás, modestamente haver no livro muitos claros a preencher e manifesta a esperança de que outros levem avante o estudo de tão interessante assunto.

O volume se divide em duas partes. Na primeira, o autor esboça o problema das origens, refere-se ao nome "mutirão" e a suas variantes, assinala algumas características da ajuda mútua no Brasil e discute, por fim, a herança cultural portuguesa, ameríndia e africana a que lhe parece possível remontar a instituição. Na segunda, delinea preliminarmente algumas tendências de mudança nas formas de cooperação em uso no meio rural brasileiro e, a seguir, reúne os dados colhidos sôbre o assunto através do mencionado inquérito e de pesquisa bibliográfica, distinguindo entre trabalho cooperativo na lavoura, de um lado, e nas atividades pastoris, do outro. Às práticas de auxílio mútuo em zonas de colonização estrangeira dedica pequeno capítulo suplementar.

Longas e abundantes citações, estendendo-se cá e acolá por duas ou três páginas, sem que delas se extraia qualquer conclusão relativa a determinado aspecto do assunto tratado, conferem a boa parte do texto o caráter de compilação provisória, em que, ademais, se ajuntam elementos nem sempre homogêneos. Assim, ao discutir a "tradição indígena", o autor fala das mais diferentes formas de cooperação econômica entre aborígenes brasileiros, sem se preocupar com a extraordinária diversidade cultural entre uma tribo e outra e sem dizer, por exemplo, a razão que o leva a descrever as caçadas coletivas dos Boróro ao lado dos "apatxirú" dos Tapirapé e do mutirão dos Tupinambá. Caberia perguntar por que não procurou fazer, de preferência, o estudo comparativo das modalidades do mutirão tupí, tomando em consideração, inclusive, as mudanças a êste respeito observadas entre os Guaraní da atualidade. Por aí seria menos difícil descolir as raízes indígenas do mutirão caboclo, que em todo

caso não se filia às caçadas coletivas dos Boróro, de sentido eminentemente religioso.

Para se compreender a natureza do mutirão, como para determinar-lhe as origens, é indispensável, antes do mais, distinguir com algum rigor entre o que há de específico nessa instituição e o sem-número de formas de trabalho cooperativo existentes em tôdas as partes do mundo. E' pena que Clovis Caldeira não o tenha feito. E se, por exemplo, transcreve dados de Wagemann, Willems (apoiado em Francisco S. G. Schaden), Saito e outros que observaram instituições de ajuda mútua entre imigrantes e seus descendentes no meio rural brasileiro, não chega a precisar as linhas mestras do processo aculturativo em jôgo exatamente por não dispor de conceituação bastante clara. Foi pela mesma razão, por certo, que não teve ânimo de rematar o livro com um capítulo, pequeno embora, em que tentasse resumir ou sistematizar os resultados gerais da pesquisa.

Em conjunto, é pouco satisfatória a contribuição de Clovis Caldeira. As falhas de sua formação antropológica não as conseguiu suprir o autor pela diligência com que se entregou à realização da tarefa. Não se manifesta, em todo o livro, uma consciência bastante viva dos problemas fundamentais, nem um conhecimento razoável de perspectivas teóricas e métodos de pesquisa científica. O leitor não chega, por isso, a distinguir entre o essencial e o accidental. Nem por isto a obra deixa de ter a sua utilidade: espalhadas pelo texto, contém algumas observações interessantes e, na parte documental, uma série de elementos que ainda não haviam sido registrados por ninguém.

*Egon Schaden*

OTTO ZERRIES: *Wild- und Buschgeister in Südamerika. Eine Untersuchung jägerzeitlicher Phänomene im Kulturbild südamerikanischer Indianer.* 414 págs. Franz Steiner Verlag GmbH, Wiesbaden, 1954. (Preço: broch. DM 28. —, encad. DM 32. —).

Diante da riqueza de informações sôbre a mitologia dos índios sul-americanos, é surpreendente o número reduzido de tentativas de interpretação e sistematização até hoje apresentadas. Tanto maior é o interesse do livro de Zerries, que, tendo por objeto o estudo comparativo dos espíritos dos animais e da floresta como expressão da mentalidade das tribos de caçadores na América do Sul, encerra um notável esforço de obter pela análise mitológica uma compreensão mais profunda da revolução cultural representada pela invenção da lavoura em época pré-histórica.

Filiando-se à corrente etnológica de Frobenius, Zerries pretende, pois, antes a exploração histórico-cultural dos mitos indígenas do que a sua análise psico-sociológica. Se esta a o interessa, não é para lhe revelar a vinculação entre as diferentes culturas tribais e as respectivas mitologias, mas para lhe permitir a determinação dos caracteres básicos da concepção do mundo peculiar aos caçadores em oposição à dos lavradores.

Na criação das figuras míticas, a mentalidade das tribos caçadoras (da América do Sul, baseando-se predominantemente numa concepção animista da natureza, deu origem sobretudo a duas categorias de espíritos, os dos animais e os da floresta. O primeiro grupo compreende não somente "as divindades e espíritos a que estão subordinados os animais da caça", como também "as entidades espirituais ou almas com freqüência atribuídas a cada animal individualmente", ao passo que o segundo abrange seres associados a determinadas plantas e árvores, ao lado de espíritos — de caráter, não raro, demoníaco — que simplesmente habitam a floresta.